



PONTO A PONTO

• EMPREGO

O Brasil criou 145.161 empregos formais em junho de 2026, resultado de 2.220.131 admissões e 2.074.970 desligamentos. O saldo ficou acima da expectativa do mercado, que projetava a criação de 118 mil vagas, mas representa uma queda de 10,4% em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram registrados 161.999 postos de trabalho. Com o resultado, o país acumula 921.645 novos empregos formais no primeiro semestre de 2026, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

• GOVERNABILIDADE

O governo do presidente Lula (PT) é desaprovado por 51,2% dos brasileiros e aprovado por 47,6%. Na avaliação da gestão, 49,3% classificam o governo como "ruim" ou "péssimo", 12,7% como "regular" e 37,9% como "ótimo" ou "bom", segundo dados AtlasIntel/Bloomberg.

• ECONOMIA

A percepção sobre a situação financeira dos brasileiros se deteriorou nos últimos meses. Pesquisa mostra que 42% afirmam que sua condição financeira piorou nos últimos seis meses, enquanto 38% dizem que melhorou e 19% relatam que permaneceu igual. O levantamento também indica que 52% acreditam que a situação financeira deve melhorar nos próximos seis meses, embora 33% esperem uma piora, segundo dados de pesquisa PoderData.

• CONGRESSO NACIONAL

448 dos 513 deputados federais (87,3%) pretendem disputar a reeleição em 2026, o maior percentual da série histórica iniciada em 1990. O índice supera o registrado em 2022, quando 446 parlamentares (86,9%) buscaram um novo mandato. O estudo também aponta que, historicamente, cerca de 65% dos deputados que tentam a reeleição conseguem se manter na Câmara, enquanto a taxa média de renovação da Casa desde 1990 é de 48,5%, segundo levantamento do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

• INFLAÇÃO

A projeção do mercado para a inflação oficial (IPCA) em 2026 foi reduzida de 5,15% para 5,12%, marcando a continuidade da revisão para baixo das expectativas inflacionárias. Apesar da melhora, a estimativa permanece acima do teto da meta de inflação, fixado em 4,5%, indicando que o mercado ainda espera inflação acima do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional, segundo Boletim Focus divulgado pelo Banco Central.

PP barra Tereza Cristina como vice de Flávio



O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira, ao lado de Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República (Foto: Andressa Anholte/Agência Senado)

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) chegou a ser anunciada por aliados de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como a provável vice na chapa presidencial do PL, depois de recusar o convite duas vezes e sinalizar, numa terceira rodada de conversas, disposição para aceitar. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), entrou como intermediário, tentando convencer Ciro Nogueira, presidente nacional do PP e ex-colega de governo Bolsonaro, a rever a posição de neutralidade que o partido já vinha sinalizando adotar na disputa ao Planalto.

A tentativa não avançou. O PP, em federação com o União Brasil, confirmou a decisão de manter neutralidade na eleição presidencial, o que bloqueou a ida de Tereza Cristina para a chapa de Flávio mesmo com a disposição pessoal da senadora. Na prática, o veto partiu diretamente de Ciro Nogueira (PP-PI), que comanda a legenda e vinha represando qualquer sinalização de apoio ao PL desde maio.

Por trás da decisão há pelo menos dois cálculos que se somam. O primeiro é pessoal. Ciro ficou incomodado com Flávio depois que o senador não deu suporte público a ele durante uma operação da Polícia Federal que apura suspeitas de proximidade entre o presidente do PP e o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master hoje sob investigação. O segundo é eleitoral e mais imediato. Ciro disputa a própria reeleição ao Senado pelo Piauí num cenário incerto, com pesquisas recentes divergindo bastante entre si, uma mostrando Marcelo Castro, do MDB, na frente e Ciro com rejeição de até 47,2%, outra colocando o próprio Ciro na liderança. Essa oscilação torna qualquer aposta em nacionalizar a campanha ao lado de Flávio um risco que ele parece não querer correr enquanto sua própria base no estado ainda não está consolidada.



TENDÊNCIA: O episódio reforça um padrão que já apareceu antes, no caso do Republicanos e Cleitinho em Minas Gerais, de lideranças do Centrão priorizando cálculos regionais e queixas pessoais acumuladas em vez de embarcar de corpo inteiro na candidatura de Flávio. Enquanto siglas como PP e Republicanos mantiverem essa postura, o PL segue tendo dificuldade para fechar uma chapa que amplie sua base além do núcleo bolsonarista original, o que deixa o posto de vice em aberto às vésperas do calendário eleitoral apertar de vez.

Republicanos veta Cleitinho em Minas Gerais e reabre buraco na candidatura de Flávio



Senador Cleitinho Azevedo (Foto: Ton Molina/Agência Senado)

O Republicanos-MG informou nesta quarta-feira (29) que o senador Cleitinho Azevedo não será candidato ao governo de Minas pela sigla. Em nota, o partido disse que a ausência dele na convenção estadual, realizada em 25 de julho, "produziu consequências inevitáveis" e que a pré-candidatura "nunca foi formalmente assumida por quem deveria liderá-la". A legenda afirma ter mantido diálogo aberto por meses, oferecido as condições políticas necessárias e adiado decisões estratégicas à espera de uma resposta que, segundo o texto, nunca veio.

A assessoria do senador reagiu no mesmo dia dizendo que ele segue na disputa e que está tentando reverter a decisão de Marcos Pereira, presidente nacional do partido, prometendo se manifestar publicamente no momento oportuno. Não há, porém, muito espaço de manobra. Cleitinho é filiado ao Republicanos e, nesta fase do calendário eleitoral, não teria como buscar outra sigla caso o impasse não se resolva.

O momento do veto chama atenção porque veio um dia depois de a Genial/Quaest divulgar pesquisa mostrando Cleitinho na liderança de todos os cenários testados para o governo mineiro. Sem ele na conta, o levantamento aponta dois empates técnicos, entre Mateus Simões, do PSD, e Alexandre Kalil, do PDT, com 30% e 29%, e entre Patrus Ananias, do PT, e o próprio Mateus Simões, ambos com 30%.

Para a campanha de Flávio Bolsonaro, a notícia

chega em mau momento. Apesar de o PL nunca ter visto Cleitinho como um nome ideal para governar Minas, avaliando que ele não teria preparo para o cargo, o senador funcionava como puxador de votos de direita num dos estados mais decisivos do país. Sem ele na disputa, os nomes mais bem colocados estão hoje alinhados a adversários diretos de Flávio, caso de Mateus Simões (PSD), apoiado por Zema (NOVO), e de Patrus (PT) e Kalil (PSB), ambos à esquerda.

O Republicanos tem 42 deputados federais e força relevante entre evangélicos, tendo nascido em 2005 com apoio da Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, dono da TV Record e do R7. Marcos Pereira (SP), presidente da sigla e bispo licenciado da própria igreja, já chegou a sondar Flávio sobre uma eventual indicação ao STF caso o PL vencesse a eleição, conversa que não avançou. O partido vem dando sinais repetidos de que não pretende empenhar sua estrutura na candidatura presidencial de Flávio, o que torna o veto a Cleitinho um sintoma de um desalinhamento maior, não um episódio isolado.



TENDÊNCIA: Se Cleitinho não conseguir reverter a decisão de Pereira, Flávio perde não só um palanque forte num colégio eleitoral estratégico, mas também um sinal de que a base evangélica de direita pode caminhar de forma menos unificada do que em 2022.

AtlasIntel mostra Lula à frente de Flávio no 2º turno. Cenários de institutos são de empate técnico



Presidente Lula (Foto: AFP/Getty Images)

A pesquisa AtlasIntel/Bloomberg divulgada nesta semana mostra Lula vencendo Flávio Bolsonaro por 49,2% a 42,9% num eventual segundo turno, resultado que se repete nos seis cenários em que os dois nomes foram testados juntos. O levantamento ouviu 5.021 pessoas entre 22 e 27 de julho, com margem de erro de 1 ponto percentual. Já no retrato geral do governo, os números seguem próximos do empate técnico, com 47,6% aprovando e 51,2% desaprovando o desempenho de Lula, enquanto a avaliação da gestão fica um pouco mais negativa, com 37,9% classificando como ótima ou boa contra 49,3% que dizem ruim ou péssima.

No primeiro turno, o resultado varia conforme o número de candidatos considerados. No cenário com a lista completa, Lula (PT) aparece com 44,9% e Flávio (PL) com 35,8%, seguidos de longe por Renan Santos (Missão), com 7,8%, Ronaldo Caiado (PSD), com 3,1%, e Romeu Zema (Novo), com 2,8%. Quando o cenário é reduzido a um grupo menor de nomes, a distância entre os dois primeiros colocados aumenta, com Lula chegando a 47,4% e Flávio a 37%.

A série histórica do segundo turno ajuda a contextualizar esse resultado. Lula abriu vantagem grande em dezembro do ano passado, com 53% contra 41%, viu essa margem encolher ao longo do primeiro semestre até quase empatar com Flávio em fevereiro e abril, e voltou a abrir distância a partir de junho, chegando aos atuais 49,2% a 42,9%. A curva sugere que o cenário eleitoral ainda está longe de estabilizado, e qualquer leitura definitiva sobre quem está "ganhando" a corrida corre o risco de ficar ultrapassada em poucos meses.

Chama atenção, no entanto, que Flávio segue como o nome com maior rejeição entre os testados, com 52,9% dizendo que não votariam nele de jeito nenhum, à frente até de Lula, que aparece com 49,4%. Jair e Michelle Bolsonaro vêm na sequência, com 42,6% e 39,2%, respectivamente. Ou seja, o senador consegue liderar a corrida de direita e ao mesmo tempo carregar o maior teto de rejeição do campo presidencial, uma combinação que não costuma ser favorável a quem disputa segundo turno.

Quando perguntados sobre o que mais preocupa, os entrevistados ficaram praticamente divididos entre a eleição de Flávio, com 46,6%, e a reeleição de Lula, com 44,6%, diferença dentro da margem de erro. Já na comparação de confiança por área de governo, Lula aparece à frente em praticamente todos os temas testados, com as maiores vantagens em pobreza e desigualdade social, 10 pontos à frente, e proteção do meio ambiente, 8 pontos à frente. A única área em que os dois empatam é segurança pública e combate ao tráfico, com 46% para cada um.



TENDÊNCIA: Os números indicam um cenário mais estável do que instável para Lula neste momento, mas a rejeição elevada de Flávio funciona como uma faca de dois gumes para o PL, competitiva o bastante para vencer a disputa interna da direita, mas com um teto que pode ser difícil de romper num eventual segundo turno. Vale acompanhar se a proximidade das convenções altera esse quadro nas próximas pesquisas, já que parte da queda registrada em fevereiro e abril também coincidiu com momentos de maior exposição de Flávio na campanha.

Trocas estratégicas nas campanha dos presidenciais



Gilberto Kassab, Aldo Rebelo e Ronaldo Caiado (Foto: Diogo Campiteli/Poder360)

Ronaldo Caiado oficializou a candidatura à Presidência em convenção do PSD no domingo (26) e, quatro dias depois, anunciou o ex-presidente da Câmara Aldo Rebelo como coordenador político da campanha. O anúncio veio depois de reunião em São Paulo entre Caiado, o presidente nacional do PSD e candidato a vice, Gilberto Kassab, e o coordenador político do partido, Heráclito Fortes. Rebelo ficou de fora da disputa presidencial depois de ser preterido pela Democracia Cristã (DC), e a aproximação com Caiado ganhou força após sua presença na convenção do PSD. Caberá a ele coordenar as negociações políticas da campanha e ajudar na formulação de propostas, movimento que reforça a estratégia de Caiado de atrair nomes de diferentes correntes do centro-direita.

Do outro lado do tabuleiro, Flávio Bolsonaro fez sua segunda troca de marqueteiro em pouco mais de dois meses. O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha, anunciou a saída do publicitário Eduardo Fischer e do marqueteiro Alexandre Oltramari, que estavam à frente da comunicação des-

de 25 de maio, justamente no momento em que veio à tona a proximidade de Flávio com o banqueiro Daniel Vorcaro, do Master. No lugar dos dois, entra Duda Lima, publicitário com mais de duas décadas de mercado, que comandou a comunicação de Jair Bolsonaro em 2022 e do prefeito Ricardo Nunes na campanha de São Paulo em 2024, e que tem proximidade com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

A troca ocorreu por divergências internas entre aliados de Flávio sobre como conduzir a comunicação da campanha, que vinha acumulando notícias negativas em sequência, do episódio das notas fiscais ligadas ao Master à repercussão do vídeo de inteligência artificial exibido na convenção. Some-se a isso a movimentação em torno de Tereza Cristina como possível vice, que, mesmo travada pelo veto do PP, ajudou a amenizar a percepção de inexperiência que pesquisas qualitativas do próprio PL apontavam como um dos principais receios em relação à candidatura de Flávio.

Mendonça autoriza PF a investigar Lulinha por tráfico de influência ligado ao INSS



André Mendonça, ministro do STF (Foto: Gustavo Moreno/STF)

O ministro André Mendonça, do STF, autorizou a abertura de inquérito para investigar Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Lula (PT), por suspeita de corrupção e tráfico de influência. A apuração busca saber se ele atuou junto à empresária Roberta Luchsinger e a Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, preso desde 2025 na Operação Sem Desconto, para favorecer a World Cannabis, empresa ligada a Antunes, em tratativas para autorização de venda de cannabis medicinal dentro de programas ligados ao Ministério da Saúde. Segundo a PF, há indícios de contato entre os investigados e servidores públicos, incluindo integrantes do gabinete da Presidência.

A corporação tentou reverter a distribuição do caso, alegando não haver vínculo institucional entre essa apuração e a investigação mais ampla sobre fraudes no INSS. A presidência do STF, sob o comando de Edson Fachin, porém, manteve o processo sob relatoria de Mendonça, decisão que aprofundou um atrito que já vinha se formando entre o ministro e a cúpula da PF.

O núcleo da disputa envolve a forma como a investigação tem sido conduzida. Mendonça já havia alertado para risco de obstrução de justiça depois que a direção da PF, comandada por Andrei Rodrigues, retirou delegados cedidos ao caso e transferiu a apu-

ração da divisão especializada em crimes previdenciários para outra coordenadoria, sem comunicação prévia à Corte. Em resposta, Mendonça passou a exigir que todos os atos de investigação sejam juntados diretamente ao processo em seu gabinete e que qualquer mudança na equipe seja informada ao STF antes de ser efetivada. A PF, por sua vez, acionou a Advocacia-Geral da União para contestar as determinações do ministro.

O caso é sensível porque Lulinha vive em Madrid e qualquer desdobramento tende a repercutir na campanha do pai à reeleição. Lula já saiu em defesa do filho, dizendo que ele não precisa dar explicações sobre o que classificou como uma "campanha difamatória" baseada em "mentiras", mas que o filho responderá caso seja processado formalmente e não vai protegê-lo usando o cargo.



TENDÊNCIA: O embate entre Mendonça e a cúpula da PF, que retarda os avanços das investigações contra Lulinha, é símbolo da tomada personalística das instituições, usadas para proteger amigos dos poderosos, e a forma como foi resolvido, incluindo se Andrei Rodrigues chega a responder por eventual obstrução, pode definir até onde o STF consegue impor sua vontade sobre a condução de inquéritos policiais durante o período eleitoral.

Trump prorroga decreto de emergência contra o Brasil, mas efeito prático é ainda incerto



Donald Trump e Lula (Foto: Andrew Caballero-Reynolds/AFP)

Os Estados Unidos estenderam por mais um ano o estado de emergência nacional declarado contra o Brasil, decreto assinado originalmente em 30 de julho de 2025 com base na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional. No texto que renova a medida, Trump repete a acusação de que o STF pratica "censura e a prisão de indivíduos que exercem a livre expressão", cita de forma indireta o caso de Jair Bolsonaro e classifica a Corte brasileira como uma "ameaça incomum e extraordinária" à segurança nacional, à política externa e à economia americana.

Na prática, a prorrogação muda pouco. A Suprema Corte dos Estados Unidos já havia proibido Trump de usar essa mesma lei como base jurídica para sobre taxar países, o que reduz o decreto a um gesto majoritariamente simbólico, mais um capítulo na disputa retórica em torno do STF do que uma ferramenta com efeito imediato sobre o comércio bilateral.

Enquanto isso, os prazos de transição do tarifaço se encerraram nesta semana. Passou da 1h de quinta-feira, no horário de Brasília, o prazo para que produtos brasileiros chegassem aos Estados Unidos ainda isentos da tarifa de 25%. A partir de agora, mercadorias que já estavam em trânsito para o país

americano serão taxadas mesmo que a importação tenha começado antes do anúncio da sobretaxa. Para a tarifa de 12,5%, ligada à investigação sobre trabalho forçado, o prazo equivalente já havia se encerrado no dia anterior.

Do lado do discurso, Lula tem evitado alimentar a ideia de confronto direto. No encontro anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Niterói, o presidente disse não ser "louco" de brigar nem com a China nem com os Estados Unidos, lembrando que o Brasil não tem os aviões, os tanques, as bombas nem o poder científico e tecnológico que essas potências têm. Preferiu resumir a estratégia como vencer "estudando, investindo e pesquisando mais do que eles", fala que contrasta com o tom mais duro usado pelo próprio governo na nota oficial contra o tarifaço, que chamou o dia 15 de julho de "marco lastimável" nas relações entre os dois países.



TENDÊNCIA: O padrão que se desenha é de que o governo vai focar a disputa no terreno comercial, onde já sinalizou disposição de acionar a Lei da Reciprocidade e a OMC, enquanto evita qualquer insinuação de embate militar ou de maiores conflitos políticos com Washington.

Defesa de Bolsonaro disse a Moraes que não sabia do vídeo de IA exibido por Flávio



Convenção Nacional do Partido Liberal (Foto: Maria Isabel Oliveira/Agência O Globo)

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) afirmou ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, que o ex-presidente não sabia nem autorizou o uso de sua imagem e voz no vídeo gerado por inteligência artificial exibido durante a convenção do PL, no último sábado (25), quando foi oficializada a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência. No material, a versão simulada de Bolsonaro dizia que a "prisão injusta e arbitrária" o mantinha "preso e calado". Os advogados afirmaram que o ex-presidente sequer teria como saber da peça, já que está em prisão domiciliar, proibido de receber visitas de políticos e de se comunicar com o próprio filho desde que este leu publicamente uma carta aberta aos eleitores.

Moraes determinou nesta terça (28) que a defesa apresentasse explicações em até 48 horas, e a decisão veio com um aviso duro. Segundo o ministro, uma eventual concordância de Bolsonaro com a divulgação do vídeo configuraria nova transgressão à decisão judicial, grave o suficiente para reverter a prisão domiciliar humanitária e mandá-lo de volta ao regime fechado. Ao alegar desconhecimento, a defesa deixa a responsabilidade jurídica e eleitoral pelo uso da tecnologia recair sobre Flávio e o PL, já que o uso de deepfake é vedado pela legislação eleitoral.

A posição de Moraes trouxe à tona uma disputa que vem se arrastando nos bastidores entre STF e TSE. Ao menos três ministros do TSE avaliam, sob reserva, que questões sobre uso de inteligência artificial em campanha deveriam ser tratadas pelo próprio tribunal

eleitoral, não pelo STF, e veem na atuação de Moraes mais um caso de uma ala do Supremo tentando se sobrepor às decisões da Justiça Eleitoral. As falas foram feitas para jornalistas da Folha de São Paulo. A equipe jurídica de Flávio compartilha da mesma leitura, mas por outro motivo, apostando que o STF vai atuar de qualquer forma, mesmo que o TSE decida a favor da campanha do senador no mérito do caso.

O caso não é isolado. Na mesma semana, Moraes também acionou a Procuradoria-Geral Eleitoral para investigar se a carta de Bolsonaro lida por Flávio configurou propaganda eleitoral antecipada, abriu inquérito sobre suposta calúnia de Flávio contra Lula e mantém outras frentes que já pesaram em decisões como a desistência de Cláudio Castro de disputar o Senado. Em paralelo, Gilmar Mendes pediu investigação contra Romeu Zema por vídeos contra o STF, e o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, chegou a suspender a divulgação de uma pesquisa da AtlasIntel, decisão criticada até dentro do próprio Supremo.



TENDÊNCIA: O caso do vídeo de IA deve se tornar um novo ponto de atrito entre STF e TSE, e a estratégia da defesa de isolar Bolsonaro para proteger sua prisão domiciliar tende a jogar mais peso jurídico sobre a campanha de Flávio logo na largada. Vale observar se o TSE tenta reagir de forma mais assertiva nas próximas semanas para reafirmar sua competência sobre o tema, ou se acaba, na prática, seguindo o roteiro ditado por Moraes.

Pacotes de crédito subsidiado somam mais de R\$ 300 bi em 2026 e desafiam a política monetária



Sede do BNDES (Foto: Sérgio Lima/Poder360)

O ano de 2026 marcou uma expansão sem precedentes do crédito público no Brasil. Somados os principais programas de financiamento subsidiado lançados ou em vigor ao longo do ano, o volume mobilizado pelo governo federal alcança cifras próximas de R\$ 332,8 bilhões, considerando os limites máximos de atuação anunciados. São linhas voltadas à reindustrialização, ao alívio de famílias e pequenas empresas, ao socorro de setores atingidos por barreiras comerciais e à transição energética. O objetivo declarado é legítimo, mas a conta macroeconômica gera preocupação para especialistas.

O maior eixo dessa política é a Nova Indústria Brasil. Em junho, durante a cerimônia de 74 anos do BNDES, o governo anunciou um reforço de R\$ 140 bilhões para investimentos até dezembro de 2026, sendo R\$ 102,5 bilhões do próprio BNDES e R\$ 37,5 bilhões da Finep. Com esse aporte, o programa ultrapassa R\$ 750 bilhões em recursos disponíveis desde 2023. A lógica se repete em outras frentes, como o Plano Brasil Soberano para exportadores atingidos por tarifas, o Move Brasil para renovação de frotas, o Reforma Casa Brasil para moradias de baixa renda e o ProCred 360 para microempreendedores. Em todos os casos, o traço comum é o mesmo, que é oferecer dinheiro a taxas bem abaixo das praticadas no mercado.

Aí está a raiz do problema, que muitas vezes passa despercebido no debate público. O mercado de crédito brasileiro é dividido em dois mundos, o crédito livre, que responde ao custo do dinheiro, e o crédito direcionado, com taxas fixadas por regras do governo. Nas linhas direcionadas, a margem que sobra para o banco é praticamente nula, pois o teto de juros mal cobre os custos da operação. Para compensar e manter a rentabilidade, as instituições transferem esse peso para quem toma crédito no mercado livre. Na prática, o cheque especial, o rotativo do cartão e

o capital de giro das empresas fora dos programas ficam mais caros para bancar a fatia subsidiada. É o que o próprio Banco Central chama de "efeito meia-entrada", no qual a metade cheia paga mais para sustentar a metade com desconto.

O efeito mais grave, porém, não é sobre o spread, e sim sobre a capacidade do Banco Central de controlar a inflação. A política monetária funciona pelo encarecimento do crédito, já que subir a taxa Selic torna os empréstimos mais caros, esfria o consumo e alivia os preços. Só que o crédito subsidiado é quase imune a esse movimento, porque suas taxas estão amarradas a indexadores que pouco respondem à Selic. Com mais de R\$ 300 bilhões circulando fora do alcance da política monetária, uma parte relevante da demanda continua aquecida mesmo quando o Banco Central aperta os juros. Para conseguir o mesmo efeito de freio, a autoridade monetária precisa apertar com mais força a parcela da economia que ainda responde, o que empurra os juros de todos para cima.

Esse diagnóstico não é especulação, e sim algo que o próprio Copom colocou no papel. Em ata recente, o comitê afirmou que o esmorecimento das reformas, o aumento do crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com efeitos negativos sobre a eficiência da política monetária. A taxa neutra é o nível de juros que nem estimula nem freia a atividade econômica, e quando ela sobe, o país passa a precisar de juros estruturalmente mais altos apenas para manter o equilíbrio. Não por acaso, mesmo cortando a Selic para 14,25% ao ano em junho, o Copom manteve um tom cauteloso, com a inflação ainda acima da meta e sem sinalizar novos cortes.

O custo final dessa engenharia recai sobre a dívida pública. Boa parte desses recursos entra na contabilidade como operação financeira, o que os mantém fora do teto de gastos e das metas de resultado primário. Isso, no entanto, não os torna gratuitos. Para bancar taxas abaixo da Selic, o Tesouro paga aos bancos a diferença entre o custo de mercado e a taxa subsidiada, e frequentemente emite dívida a dois dígitos de juros para financiar empréstimos que rendem bem menos. Esse descasamento entre um passivo caro e um ativo barato engorda a despesa com juros e deteriora a qualidade do endividamento, alimentando a mesma trajetória de alta da dívida que já preocupa o mercado e organismos como o FMI

Congresso e STF retomam os trabalhos com pauta enxuta e foco nas eleições



STF e Congresso Nacional (Foto: Andressa Anhoite/SCO/STF)

O recesso parlamentar chegou ao fim oficialmente, mas a retomada dos trabalhos no Congresso Nacional será gradual. Como o encerramento ocorreu na sexta-feira, a expectativa é de que deputados e senadores comecem a retornar a Brasília apenas a partir da próxima terça-feira (4). Ainda assim, boa parte dos parlamentares deve adiar a volta para a semana seguinte, quando estão previstas as primeiras votações do semestre.

Na prática, o calendário legislativo do segundo semestre será fortemente influenciado pelas eleições. A tendência é que a atividade parlamentar se concentre em dois esforços concentrados: entre os dias **10 e 14 de agosto e 31 de agosto a 3 de setembro**. Fora dessas janelas, a expectativa é de baixo ritmo nas deliberações.

Entre os principais projetos em tramitação, o aumento do teto de faturamento do MEI continua travado pelas discussões sobre seu impacto fiscal. A proposta amplia o limite anual dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Já a PEC que extingue a escala de trabalho 6x1 enfrenta resistência do setor produtivo e da oposição, além de permanecer sem avanço por decisão da presidência do Senado.

Por outro lado, a Medida Provisória sobre as dívidas rurais e o projeto que trata dos combustíveis são considerados temas com maior chance de avanço durante os esforços concentrados. Também há expectativa de evolução nas negociações do Marco Legal

da Inteligência Artificial, diante do alinhamento entre os relatores da Câmara e do Senado. Já o projeto conhecido como “PL da Misoginia” segue enfrentando resistência, especialmente da bancada evangélica, e permanece sem previsão de votação.

No Judiciário, o Supremo Tribunal Federal também retoma suas atividades nesta semana. A sessão solene de abertura do segundo semestre está marcada para segunda-feira, enquanto o Superior Tribunal de Justiça também reinicia seus trabalhos.

A pauta do STF traz temas de grande impacto jurídico e econômico. Entre eles estão o alcance da isenção tributária para aquisição de veículos por pessoas com deficiência, a aplicação da Lei Maria da Penha em situações sem vínculo familiar ou afetivo entre agressor e vítima, a constitucionalidade da criminalização dos jogos de azar, os efeitos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa sobre processos anteriores a 2021 e a possibilidade de ampliação das restrições à participação de capital estrangeiro em veículos de comunicação digitais.

Com o calendário eleitoral se aproximando, tanto o Congresso quanto o Judiciário iniciam o semestre diante de uma agenda relevante, mas com espaço político reduzido para matérias mais controversas. A tendência é que as pautas de maior consenso avancem, enquanto temas de maior desgaste fiquem para depois das eleições.

Em destaque no Ranking

● CAMPANHA DE FINANCIAMENTO COLETIVO

Para ampliar e fortalecer sua atuação, o **Ranking dos Políticos** lançou uma campanha de financiamento coletivo voltada a microdoadores. Contribuições de qualquer valor podem ser feitas via Pix para: **contato@politicos.org.br**

● PESQUISA PARLAMENTAR É DESTAQUE NO ESTADÃO

A mais recente pesquisa parlamentar do **Ranking dos Políticos** foi destaque no jornal O Estado de S. Paulo. O levantamento mostra que a maioria dos parlamentares avalia que o caso Master tende a beneficiar mais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do que o senador Flávio Bolsonaro na disputa presidencial de 2026. Na Câmara dos Deputados, 49,1% entendem que o episódio favorece Lula, enquanto 36,4% apontam vantagem para Flávio Bolsonaro. No Senado, essa percepção é ainda mais expressiva: 57,1% veem benefício para Lula, contra 21,5% para Flávio Bolsonaro.

A pesquisa também revela que há consenso entre deputados e senadores de que o caso ainda terá novos desdobramentos com impactos na política nacional. Essa é a avaliação de 83,7% dos deputados federais e de 78,6% dos senadores entrevistados.

O levantamento ouviu 112 deputados federais e 28 senadores, respeitando a proporcionalidade partidária, entre os dias 1º e 10 de julho. A margem de erro é de 6,5%, com nível de confiança de 95%. [Leia na íntegra](#).

PARLAMENTAR DA SEMANA



**Deputado Luísa Canziani
(UNIÃO-PR)**

Luísa Canziani dos Santos Silveira nasceu em 11 de abril de 1996 em Londrina (PR). Formou-se em Direito pela PUC-PR e é mestre em Administração Pública pelo IDP. Filha do ex-deputado Alex Canziani, foi eleita deputada federal em 2018 aos 22 anos, tornando-se a congressista mais jovem do Brasil, e reeleita em 2022. É membro do Grupo de Jovens Parlamentares da ONU e já presidiu as comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Defesa dos Direitos da Mulher.

Luísa Canziani recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em 2024, 2025 e 2026 pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

-  Juan Carlos
-  Luan Sperandio
-  Gabriel Jubran
-  Danylo Shimano
-  Daniel Galvêas
-  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES

values
NEWS INTELLIGENCE

PRIVATE
ENGENHARIA & SOLUÇÕES

HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT